



ENTRE CONTEXTOS DE TEXTOS E PRÁTICAS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO SERTÃO ALAGOANO

SANTOS, Agda Maria Pereira dos¹
SILVA, Leila Maria Lisbôa da²
SANTOS JUNIOR, Julio Bispo dos³

Grupo de Trabalho (GT): GT 1 – Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

O presente estudo analisa o currículo em duas escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, Alto Sertão de Alagoas, sob a perspectiva das teorias críticas da educação, concebendo-o como campo de disputa simbólica e política. Fundamenta-se nas contribuições de Ball (2001), Lopes (2009), Mainardes (2014) e Caldart (2005), que destacam o currículo como prática social situada, atravessada por relações de poder, contextos socioculturais e tensões entre o prescrito e o vivido. A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com questionários semiestruturados aplicados a docentes do Ensino Fundamental. Os resultados indicam que, embora os documentos expressem princípios contemporâneos, como gestão democrática, valorização da diversidade e currículo por competências, sua implementação é limitada por desigualdades estruturais, burocratização e condições de trabalho. Evidencia-se que o currículo constitui espaço de negociação, resistência e transformação social, promovendo inclusão, diversidade e formação integral dos sujeitos.

Palavras-chave: Currículo. Prática pedagógica. BNCC. Projeto Político-Pedagógico. Teorias críticas.

INTRODUÇÃO

A compreensão do currículo enquanto campo de disputa simbólica e política tem se consolidado como uma das perspectivas centrais nas teorias críticas da educação ao longo das últimas décadas⁴. Longe de se configurar como um mero documento prescritivo ou um simples rol de conteúdos a serem transmitidos, o currículo revela-se como um complexo texto social que encarna e expressa intencionalidades políticas, culturais e ideológicas, configurando-se, simultaneamente, como prática social concreta e vivenciada no cotidiano escolar. (Ball, 2001; Lopes, 2009).

Em contextos marcados por profundas desigualdades históricas, sociais e territoriais, tais como o Sertão Alagoano, a análise do currículo assume especificidades que demandam uma abordagem sensível às condições socioterritoriais que atravessam e condicionam sua efetivação nas instituições públicas de ensino. Como afirma Silva (2010,

¹ Universidade Federal de Alagoas. agdamarias15@gmail.com

² Universidade Federal de Alagoas. leilalisboa1108@gmail.com

³ Universidade Federal de Alagoas. julio.junior@delmiro.ufal.br Coordenador do PIBID Interdisciplinar.

⁴ As teorias críticas, aplicadas ao campo curricular, consistem em um conjunto de perspectivas que questionam a neutralidade da educação e do conhecimento. Entende-se o currículo como uma construção histórica e social, permeada por relações de poder, ideologias e disputas simbólicas. Diferem das teorias tradicionais por não se limitarem à seleção de conteúdos, mas por analisarem como tais escolhas estão vinculadas à reprodução ou à transformação da sociedade (Lopes; Macedo, 2011).





p. 15), “o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Ele está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas e, portanto, o currículo é sempre um texto político”.

Diante desse panorama, o presente estudo foi realizado em duas escolas públicas de ensino fundamental situadas no município de Delmiro Gouveia, na região do Alto Sertão de Alagoas, objetivando apreender as formas pelas quais o currículo se manifesta, tanto enquanto texto regulador quanto enquanto prática pedagógica situada.

A investigação fundamenta-se nas contribuições teóricas de autores de referência no campo das teorias críticas do currículo, como Stephen Ball (2001), que analisa as relações entre poder, política educacional e práticas escolares; Alice Casimiro Lopes (2009), cuja obra destaca a historicidade e a dimensão social do currículo; Jefferson Mainardes (2014), que problematiza as tensões entre teoria e prática na construção curricular; e Roseli Caldart (2005), que enfatiza a importância de práticas pedagógicas reflexivas e contextualizadas.

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo geral compreender as formas pelas quais o currículo se manifesta enquanto texto regulador e prática pedagógica em duas escolas públicas de ensino fundamental situadas no município de Delmiro Gouveia, no Alto Sertão de Alagoas, considerando as influências dos contextos socioculturais e territoriais que permeiam tais instituições. Nesse sentido, busca-se analisar as diferentes dimensões do currículo presentes nas escolas, identificar as tensões e contradições entre currículo formal e prática pedagógica, comparar as estratégias pedagógicas adotadas à luz das diretrizes curriculares, interpretar as interações entre currículo, contexto socioterritorial e práticas docentes, e, por fim, compreender o processo de construção e efetivação curricular em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas abordagens críticas da educação, o currículo escolar é concebido como um campo de disputa simbólica, conceito que indica que ele não se restringe a uma função técnica ou normativa, mas se insere em processos sociais, políticos e culturais nos quais diferentes grupos buscam legitimar suas visões de mundo (Ball, 2001; Lopes, 2009).





Nesse contexto, Ball (2001) argumenta que o currículo está imerso em relações de poder, evidentes tanto na formulação e implementação quanto na vivência cotidiana das práticas escolares. Assim, o currículo deixa de ser apenas um texto oficial e passa a ser compreendido como uma prática social complexa, capaz de reproduzir ou tensionar as desigualdades estruturais da sociedade, sendo atravessado por conflitos, negociações e diferentes interpretações sobre valores, significados e prioridades educacionais.

A ideia de currículo enquanto texto e prática pedagógica situam-se também na abordagem de Alice Casimiro Lopes (2009), para quem o currículo deve ser entendido como uma construção cultural situada, que não pode ser dissociada dos contextos sociais, culturais e históricos nos quais as escolas estão inseridas. Lopes (2009) enfatiza que as disputas curriculares expressam conflitos de interesses e ideologias, evidenciando a relação intrínseca entre currículo, poder e controle social. Além disso, a autora destaca a importância da compreensão das práticas pedagógicas como espaços de negociação e resistência que influenciam a efetivação do currículo.

Jefferson Mainardes (2014) amplia essa discussão ao ressaltar a tensão permanente entre o currículo prescrito, expresso em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o currículo vivido ou real, que emerge das interações cotidianas entre docentes, estudantes e comunidade escolar. Essa tensão evidencia o caráter dialógico e dinâmico do currículo, reforçando a necessidade de considerar as especificidades territoriais e socioculturais para que o currículo se configure como instrumento de inclusão e emancipação social. Para Mainardes (2014), essa mediação exige que as práticas pedagógicas transcendam a simples reprodução do prescrito, configurando-se como espaços de transformação social.

Nesse sentido, as contribuições de Roseli Caldart (2005) são fundamentais para compreender o currículo como prática política, construída coletivamente no âmbito do projeto político-pedagógico da escola. Caldart (2005) destaca que o currículo é um espaço simbólico onde se travam disputas por identidades, por poder e por reconhecimento, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e culturais. Para a autora, o reconhecimento da diversidade cultural e a promoção da inclusão são aspectos centrais na construção de um currículo crítico e sensível às realidades locais. Essa compreensão reforça a importância de articular documentos normativos como a





BNCC e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas com as práticas efetivas desenvolvidas no território.

A BNCC, enquanto documento normativo nacional representa uma tentativa de padronização e garantia de direitos educacionais em âmbito federal, mas sua implementação tem sido objeto de debates que apontam para os desafios de sua adaptação aos diferentes contextos regionais e socioculturais. A análise dos PPP's torna-se, portanto, estratégica para compreender como as escolas locais reinterpretem e reelaboram as diretrizes nacionais, buscando uma adequação que dialogue com as especificidades do Alto Sertão de Alagoas.

Essa perspectiva crítica e situada do currículo é apoiada ainda em autores que problematizam o conceito de currículo como processo social e cultural, tais como Bernstein (1996), para quem o currículo é um mecanismo de controle social que regula o acesso ao saber. Como aponta Moreira (2007):

Conhecimentos totalmente descontextualizados, aparentemente “puros”, perdem suas inevitáveis conexões com o mundo social em que são construídos e funcionam. Conhecimentos totalmente descontextualizados não permitem que se evidencie como os saberes e as práticas envolvem, necessariamente, questões de identidade social, interesses, relações de poder e conflito interpessoais (Moreira, 2007, p. 24).

O aporte dessas discussões permite compreender que a construção curricular não é neutra, mas atravessada por interesses políticos e culturais que impactam diretamente as práticas escolares. Assim, a pesquisa se insere no campo das teorias críticas do currículo, articulando conceitos que dialogam diretamente com a problemática da tensão entre prescrição e prática, o papel dos documentos normativos e a influência dos contextos socioterritoriais na construção curricular.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos das teorias críticas da educação, com o objetivo de compreender como o currículo é construído, interpretado e ressignificado no cotidiano de duas escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, no Sertão alagoano. Para atingir essa finalidade, o estudo recorre à análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de identificar como os documentos normativos orientam e estruturam a prática pedagógica. Além disso, a





aplicação de um questionário semiestruturado com professoras e professores do Ensino Fundamental possibilita captar percepções, experiências e interpretações acerca da implementação e vivência do currículo, contribuindo para uma compreensão aprofundada das tensões, contradições e adaptações que caracterizam o processo curricular no contexto escolar analisado.

Para análise dos dados, será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar categorias emergentes nos discursos e documentos, promovendo uma leitura crítica das práticas curriculares. Os dados serão organizados em eixos temáticos, com base nas regularidades e tensões identificadas no material empírico.

RESULTADOS

Levando em consideração o presente estudo, as análises nos permite já identificar tensões entre o que está previsto nos documentos institucionais e normativos e o que é efetivamente vivenciado no cotidiano escolar.

A leitura dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das duas escolas públicas de Ensino Fundamental investigadas revelou a presença de princípios alinhados ao discurso contemporâneo da educação, como gestão democrática, interdisciplinaridade, participação da comunidade escolar e valorização de práticas pedagógicas ativas. Como prescrito no PPP da escola 1:

O Projeto Político-Pedagógico orienta-se pelos princípios da gestão participativa, da interdisciplinaridade e da valorização da diversidade sociocultural dos educandos. Busca-se, assim, construir um espaço de aprendizagem significativo, no qual o estudante seja protagonista do seu processo formativo e capaz de desenvolver competências e habilidades para a vida em sociedade. (PPP, 2023, p. 12).

Entretanto, quando questionados sobre a relação entre o PPP e a BNCC, as professoras e os professores apresentaram percepções distintas: “O PPP está defasado e precisa ser refeito” (Docente 1), enquanto outro afirmou que “Estão totalmente alinhados” (Docente 5). Essas falas demonstram que o documento, embora prescreva diretrizes progressistas, é apropriado de formas diversas, ora visto como distante da prática, ora como articulado às ações pedagógicas. Nesse sentido, o PPP, por vezes, acaba assumindo um caráter protocolar, voltado ao cumprimento de exigências burocráticas, mais do que à orientação efetiva das práticas pedagógicas.





De modo semelhante, a BNCC propõe um currículo por competências, orientado para o desenvolvimento integral dos estudantes e articulado a valores como pensamento crítico, empatia e valorização da diversidade. No entanto, os depoimentos revelam limites para sua concretização. Um docente apontou: “Não, o currículo deveria ser elaborado junto com a comunidade escolar” (Docente 2), enquanto outro destacou que “Tenta dialogar, porém em alguns casos a proposta não contempla todas as especificidades” (Docente 3). Entretanto no documento da escola 2 é possível encontrar uma contradição:

A construção curricular [...] parte do princípio da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade escolar em todas as etapas do processo. Pais, estudantes, professores e funcionários são chamados a contribuir com sugestões e reflexões, de modo que o currículo expresse as necessidades e especificidades locais. (PPP, 2024, p. 11).

No que diz respeito à liberdade docente, a maioria afirmou sentir autonomia para adaptar os conteúdos da BNCC: “Sim, temos total liberdade de trabalhar com os conteúdos conforme a realidade da turma” (Docente 2). Entretanto, essa percepção contrasta com críticas à burocratização do currículo: “Mudaria a burocracia da elaboração e a exigência de registros” (Docente 4). As falas revelam que, embora exista espaço para ressignificação, a autonomia é constantemente tensionada pelas exigências normativas e pelas condições concretas de trabalho.

Complementarmente, quando indagados sobre o potencial transformador do currículo, os docentes afirmaram acreditar em sua relevância social: “Sim, o currículo pode e deve ser uma ferramenta de transformação social” (Docente 5). Esse reconhecimento reforça que as professoras e os professores não apenas recebem passivamente os documentos oficiais, mas reinterpretam-nos à luz de suas práticas, experiências e desafios.

Assim, percebe-se que o currículo se constitui como um campo de disputas, no qual o prescrito encontra resistências, adaptações e ressignificações. Esse movimento torna audível a maneira como as condições socioterritoriais locais, como desigualdade social, falta de estrutura, desvalorização da escola e desafios da formação docente interfere na execução e no significado do currículo nas escolas públicas do Sertão alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A análise realizada evidencia que o currículo, enquanto campo de disputa simbólica e política manifestam-se de forma complexa nas escolas investigadas, articulando-se como texto regulador e prática pedagógica situada. Embora os PPPs e a BNCC apresentem diretrizes alinhadas a princípios contemporâneos, como gestão democrática e valorização da diversidade, sua implementação é limitada por condições socioterritoriais, desigualdades estruturais e burocratização.

As percepções docentes indicam tensões entre o prescrito e o vivido, revelando que, apesar da autonomia para adaptação, a efetivação do currículo depende da mediação entre documentos normativos e realidade local. Assim, o currículo se configura como espaço de negociação, resistência e transformação social, reforçando a importância de práticas educativas sensíveis às especificidades culturais, históricas e territoriais das escolas.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Políticas educacionais e o trabalho do professor: perspectivas críticas**. Tradução de João Ferreira de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNSTEIN, Basil. **Pedagogia, controle simbólico e identidade: teoria da estruturação do discurso pedagógico**. Tradução de Maria Alice Nogueira; Marcos da Cunha. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CALDART, Roseli Sgarlossi. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAINARDES, Jefferson. **O currículo e o cotidiano escolar: entre o prescrito e o vivido**. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 85-102.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

